



Comunicado SNQTB/SIB n.º 22 • 17 de maio de 2022

## PONTO DE SITUAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE O ACORDO DE EMPRESA NO BNP PARIBAS

Há vários meses que SNQTB e SIB têm mesa negocial aberta, nos termos da lei portuguesa e com todas as implicações e proteção conferidas pela lei, relativamente ao Acordo de Empresa do BNP Paribas, visando matérias de remuneração e demais cláusulas de expressão pecuniária, cláusulas sobre carreiras e categorias profissionais, condições de trabalho, modelos de trabalho remoto vs. presencial e Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS), entre outros.

SNQTB e SIB têm vindo a desenvolver um trabalho continuado e exaustivo, procurando não deixar de fora nenhuma preocupação dos trabalhadores do BNP e dos sócios destes Sindicatos em particular.

A esse propósito, importa salientar que, na mesa negocial, o BNP Paribas recusou cerca de 80% das propostas do SNQTB e SIB, nomeadamente quanto ao exercício de funções de categoria superior à do trabalhador, prevenção do assédio moral, teletrabalho, trabalho em dia feriado, dispensa na véspera de Natal, dispensa no primeiro dia da escola dos filhos no primeiro ano do ensino básico, atribuição de apoio social à natalidade de 200€ (no ACT do setor bancário é de 800€), substituição de perda de retribuição por motivo de falta e de estatuto de trabalhadorestudante. Matérias estas já previstas noutras convenções coletivas tal como o ACT do setor bancário, que o BNP Paribas outorga desde 1994, tendo em conta a atividade que desenvolve em Portugal desde 1985.

Apesar disto e de toda a convergência já realizada com o Banco noutras matérias, existe uma matéria onde as posições estão bastante longe de serem coincidentes e que diz respeito à nossa visão sobre os SAMS, que para estes sindicatos é uma das melhores construções da sociedade civil portuguesa, mormente da classe bancária. São serviços mutualistas (que não excluem ninguém em função de pré-existências ou quaisquer condições de género, idade, composição do agregado familiar, entre outras), cobrindo cônjuge e descendentes, ao longo de toda a vida (no ativo, mas também em situações de reforma ou invalidez). A sua universalidade, a sua transversalidade, o seu caráter mutualista e solidário não nos permitem aceitar a visão daqueles que olham para os SAMS como se de uma mera apólice se tratasse. Tal como não nos permite aceitar a visão daqueles que consideram que poupar nos benefícios que os trabalhadores têm nesta área de saúde e assistência, por poucos euros que seja, é uma vitória.

Os SAMS destes sindicatos prestam serviços a cerca de 70 mil beneficiários, e não são redutíveis a um custo que alguns não querem pagar. São um instrumento de bem-estar, um clube de





afinidade, uma comunidade que muitas centenas de trabalhadores do BNP Paribas escolherem livremente. Aliás, os 1600 sócios que temos são um garante que a nossa proposta de valor, nos domínios da Saúde e Sindical, têm a preferência dos trabalhadores do BNP Paribas em Portugal.

Por isso, percebemos mal que o BNP Paribas queira baixar a contribuição que destina mensalmente para um serviço único e um fator de lealdade para com a instituição. Porque estamos cá há dezenas de anos e queremos continuar a prestar serviços sindicais, de assistência médico-social e de enriquecimento de tempos livres, cultura e desporto, não podem estes Sindicatos aceitar que se queira negar o aumento dos custos de saúde trazidos pela inflação, pelas disrupções das cadeias logísticas em virtude da pandemia, ou pela concentração no mercado do número de prestadores de cuidados de saúde.

Esperaríamos que um Banco com a rendibilidade e dimensão do BNP Paribas, quase ímpar à escala europeia, estivesse preocupado em aumentar o financiamento para os SAMS, no contexto supra enumerado, e não em baixar um punhado de euros com o que investe em cada trabalhador, assim ignorando a escolha livre que os trabalhadores fizeram.

Ainda assim, não deixaremos de apresentar uma contraproposta, de forma construtiva, para que o Banco possa integrar mais trabalhadores no ACT bancário e com isso abrangê-los com uma cobertura mutualista única, escolha livre dos mais de 1600 trabalhadores.

Lisboa, 17 de maio de 2022.

As Direções dos Sindicatos

**Paulo Marcos** 

Presidente do SNQTB

Fernando Fonseca

Presidente do SIB